



A SUPERVISÃO EDUCACIONAL E A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Gilvania Wanderley de Andrade Ribeiro¹

[PMCG/PB](#)

gil-jesuschristo@hotmail.com

RESUMO

A Educação inclusiva é uma temática que tem despertado interesse de amplos setores da sociedade, entretanto, ainda há muito a ser feito para oferecer oportunidades educacionais a todos os alunos de acordo com suas especificidades. Ciente da relevância da temática em foco, realizamos uma pesquisa qualitativa objetivando compreender o papel da supervisão escolar na mediação das práticas pedagógicas com olhar inclusivo no contexto do ensino fundamental. Na realização deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico sobre a temática, aplicação de um questionário com uma supervisora em uma escola da rede pública de ensino do município de Campina Grande – Paraíba. A escola campo de atuação da pesquisa atende atualmente nos dois turnos (manhã e tarde), 187 alunos da educação infantil ao ensino fundamental I. Ao analisar os dados, percebeu-se que um dos principais desafios da educação inclusiva, citados pela supervisora, foi à integração dos pais com a escola na busca de um acompanhamento profissional que atenda os seus filhos com necessidades educacionais especiais. Outro ponto destacado foi à resistência dos professores em trabalhar com essa clientela, bem como, a dificuldade de subsidiar esses profissionais em práticas pedagógicas inclusivas. Os resultados da pesquisa apontaram a necessidade de um aprofundamento teórico e metodológico acerca de educação inclusiva no espaço educativo, como também, melhorias na estrutura ao atendimento especializado na escola. Acreditamos ser o supervisor escolar um profissional mediador e formativo no contexto institucional, no sentido de pensar e propor ações no coletivo da escola que atendam aos alunos em suas necessidades educacionais com vista ao desenvolvimento integral do aprendente.

Palavras - chave: Educação Inclusiva. Supervisão Escolar, Formação continuada e comunidade escolar

INTRODUÇÃO

O sistema educacional inclusivo tem gerado inúmeros questionamentos, dentre eles o desenvolvimento de estratégias de ensino oferecido na escola regular, que atenda

¹ Pedagoga, com formação em Pré-escola pela UEPB, Psicóloga Clínica pela UEPB, especialização pela UFPB em Educação Infantil e em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar. Atualmente atua como professora da Sala de Recursos Multifuncionais da PMCG/PB



todas as especificidades. O desafio da educação inclusiva é alcançar uma educação de qualidade, tendo a escola regular como parceira a fim de facilitar o atendimento a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação.

Nessa escola inclusiva e includente, considera-se fundamental o papel do supervisor, pois cabe a este ser o grande harmonizador do ambiente escolar, se responsabilizando por fatores que ele deve interferir e intervir para um melhor resultado, contribuindo efetivamente com a qualificação do trabalho docente. Cabe ao Profissional de Supervisão subsidiar a comunidade escolar com conhecimentos a respeito da inclusão e elaborar estratégias que corroborem com o envolvimento de todos nos projetos da escola.

Partindo da relevância do exposto, nos propomos a realizar uma pesquisa qualitativa objetivando compreender o relevante papel da supervisão escolar na mediação das práticas pedagógicas com olhar inclusivo no contexto do ensino de Educação Infantil e fundamental. Para realização da referida pesquisa lançamos mão de um levantamento bibliográfico sobre a temática em foco, como também aplicamos e analisamos questionários com 02 (dois) supervisores de escola pública no município de Campina Grande – Paraíba.

UM RECORTE CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial é uma temática que tem despertado interesse de amplos setores da sociedade, vem sendo analisada a bastante tempo, mas ainda há muito a ser feito para oferecer oportunidades educacionais a todos os alunos de acordo com suas especificidades. Diretrizes e ações estão sendo implementadas na tentativa de reorganizar os serviços de atendimento especializado oferecidos aos alunos com deficiência.

O Atendimento Educacional Especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino sendo, a escola regular o espaço mais adequado para garantir o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo do aluno.

Durante muitos séculos as crianças com deficiência foram rejeitadas e ignoradas. Uma prática comum nas sociedades antigas era o infanticídio, quando se observava a presença de alguma anormalidade nas crianças. De acordo com Vieira, analisando o período histórico da educação inclusiva no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, é possível

notar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social.

No Brasil, a educação inclusiva teve seu início no final do século XIX, com a criação do Instituto dos Meninos e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, durante o século XIX, apenas os cegos e os surdos eram contemplados com ações para a educação.

De acordo com Vieira, analisando o período histórico da educação inclusiva no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, é possível notar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social.

A Constituição Federal (1988), que é a lei maior de nossa sociedade, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Política Nacional de Educação Inclusiva (2008), o Plano Nacional de Educação (2014) e outras tantas resoluções, viabilizam mudanças nas práticas educacionais inclusivas e social como um todo a fim de garantir o pleno desenvolvimento de todas as pessoas.

Para Omote (2004), o ato de incluir não é fácil, pois gera várias indagações, e questionamentos, e o conceito de inclusão é recente em nossa cultura. Como qualquer situação nova envolve adeptos e também críticos, a inclusão escolar é fato e o reconhecimento e a valorização das diferenças precisa fazer parte da realidade.

Para que se possa incluir, a sociedade precisa estar aberta a passar por adaptações, pois as pessoas com necessidades especializadas ou as que apresentam algum tipo de deficiência precisam encontrar na sociedade um suporte firme que contribua de maneira positiva para o alcance da igualdade de direitos e o respeito a diversidade humana.

Como coloca Mendes e Malheiro (2012), a proposta prevista na legislação brasileira preconiza que o chamado AEE, como já vem sendo batizado pela comunidade educacional, seja realizado no contra turno do período que o estudante com deficiência frequenta a classe comum a fim de não prejudicar seu direito de participação plena e integral na classe comum, onde estão seus colegas, considerando que a redução da jornada implicaria discriminação e uma espécie de exclusão na escola. Além disso, a proposta



prevê que este atendimento educacional especializado no contra turno seja ofertado nas chamadas “salas de recursos multifuncionais” ou nas instituições especializadas. (BRASIL, 2007, 2008, 2009, 2010). Mediar o fazer pedagógico e as orientações aos pais e comunidade em geral deve ser feita pelo supervisor escolar junto a equipe multiprofissional.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 4.024/6), aponta o direito dos “excepcionais” a educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (BRASIL, 1961). Nesse período, a lei existia, porém, a realidade era outra, pois a repressão e o autoritarismo dominavam a escola. Nessa época a escola limitava-se aos privilegiados, sem nenhuma abertura para atender alunos com algum tipo de deficiência.

A Lei nº 5.692 em seu artigo 1º coloca que a educação se propõe como uma formação, para o trabalho e o preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971). Essa lei também cita o “tratamento especial” para os alunos com deficiências físicas, mentais, ou os que se encontram em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados. Todavia é percebido o não direcionamento de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais, restando à opção do encaminhamento para as escolas especiais.

Outro marco importante aconteceu em 1994, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) promoveu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Participaram deste evento 92 países e estruturaram a “Declaração de Salamanca”. Esse documento trata de princípios sobre a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino é a questão central.

A Lei 12.796, de 2013, em seu artigo Art. 58, que trata da educação especial como modalidade da educação básica afirma que “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Na sequência do mencionado artigo temos:



§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/96, por sua vez, ao considerar a Educação Especial uma modalidade de ensino, caminha para o mesmo fim e reforça a natureza complementar desse atendimento. Assim sendo, os alunos com deficiência, especialmente os que estão em idade de cursar o Ensino Fundamental, devem, obrigatoriamente, ser matriculados, e frequentar com regularidade as turmas de sua faixa etária, nas escolas comuns e ter assegurado, em horário oposto ao das aulas, o atendimento educacional especializado complementar. Deixam, então, de fazer parte dos antigos serviços especializados de ensino da Educação Especial (classes, escolas especiais, salas de recursos e outros) para fins de escolarização (MANTOAN, 2005).

Recentemente foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Esse projeto que foi criado para melhorar ainda mais a educação no Brasil. Precisamos atentar para a Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (MEC/ SASE, 2014)

Todas as normas supracitadas demonstram o longo caminho percorrido pela busca de um processo de Educação Inclusiva responsável, humanizado e integrado. Contudo, alguns avanços podem ser observados, mas na prática, diversas dificuldades são encontradas pelos professores e supervisores.

Atendendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, implementada pelo Ministério da Educação, que cita nas Diretrizes dessa Política, cabe aos Sistemas de Ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar profissional que atue como apoio



escolar para os alunos com deficiência, contribuindo para o auxílio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. Nesse sentido, o profissional de supervisão junto com a equipe de Educação Especial da Unidade Escolar que corresponde professores da sala regular e AEE e o apoio escolar para planejarem e elaborarem o PEI, Plano de Atendimento Especializado. Não é uma função fácil, porém extremamente necessária para a promoção de fato da educação inclusiva. Nesse sentido, a formação em serviço deverá ser promovida, quanto mais nos apropriarmos de ações que possibilitem desenvolver as capacidades reais do educando, mais ampliaremos o seu acesso a sociedade com mais qualidade e capacidade. A elaboração do PEI deve ser orientada pelo supervisor escolar.

No ano de 2010, um importante passo para a legalização efetiva dos profissionais que atuam como cuidadores é dado pelo congresso nacional, ficando acrescido em seu parágrafo segundo

§ 2º Quando necessário para promover o atendimento educacional na escola regular, e em função das necessidades específicas do aluno, será assegurado ao educando portador de necessidades especiais a presença de cuidador no estabelecimento de ensino, para atendimento das suas necessidades pessoais.

(BRASIL, 2010).

No âmbito legal, a função de cuidador é legitimada a partir do projeto de lei de número 228 do ano de 2014. Que assegura em seu artigo 58, inciso 4 “ao educando com deficiência será assegurada a assistência de cuidador, nos estabelecimentos de ensino públicos e privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino”. Deste modo, toda criança que demande cuidados especiais, uma vez que frequente a escola regular, lhes é assegurado o direito ao cuidador.

Neste sentido, o Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande, concretizou a atuação desse profissional no ano de 2014, quando as crianças e adolescentes que possuem dependência específica, incluídas em salas regulares passaram a ter direito ao profissional de apoio.

Em 2017 a Portaria Municipal Nº: 51/2017- Campina Grande-(PB), passou a orientar sobre a formação inicial do cuidador(a), remuneração e quantitativo de aluno atendido por turno para cada cuidador(a). E assim, a figura do cuidador(a), na rede



municipal de ensino de Campina Grande passou a assegurar um atendimento individualizado aos alunos com limitações de comunicação, de orientação, de compreensão, de mobilidade, de locomoção ou outras limitações de ordem motora, que frequentam a sala regular, possibilitando a estes realizar as atividades cotidianas e efetiva participação pedagógica na Unidade Educacional. Esse profissional junto com o(a) professor(a) da Sala de Recursos Multifuncionais auxiliam na inserção dessas pessoas na escola regular, favorecendo a inclusão.

As atribuições do apoio escolar exige uma rotina de trabalho que inclui o cuidado e acompanhamento na locomoção pelas dependências da escola, auxiliar nas atividades pedagógicas possibilitando no aprendizado ao copiar a matéria ou, caso o aluno não tenha autonomia motora ou intelectual para tanto, ler e escrever por ele. Parte de sua rotina também integra a higiene do(a) aluno(a), garantindo que ele(a) esteja sempre limpo(a) e asseado(a), auxílio a(o) aluno(a) com deficiência nas idas ao banheiro e, caso o(a) aluno(a) possua autonomia para se limpar sozinho, seu trabalho passa a ser estar presente e supervisionar as idas ao banheiro. Este profissional, além de prestar atendimento ao aluno com necessidade especial, é responsável por apresentar relatórios e/ou portfólio constantes à Unidade Escolar e a Coordenação da educação inclusiva do município nas Secretarias Municipais de Educação.

Deste modo, a atribuição do apoio escolar está intrinsicamente ligada ao processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo um trabalho em parceria com o professor da sala regular e AEE, professor de Educação Física, professor da sala de leitura, desenvolvendo uma prática inclusiva orientada pelos profissionais que compõem a Coordenação de Educação Especial da SEDUC, onde a concepção e estruturação do conceito de escola e creches no contexto da Educação Inclusiva se distancie do modelo de instituição segregada, passando a assumir uma postura na qual os educandos são vistos como sujeitos de direitos, portanto, a instituição educacional se torna cada vez mais consciente de seu papel na promoção de uma educação inclusiva de fato. E para que seja encaminhado o cuidador(a), a gestão da Unidade Escolar precisa elaborar um ofício para a Secretaria Municipal de Educação solicitando o cuidador(a), e paralelamente anexar o laudo médico do aluno(a). E por sua vez, encaminhar ao setor responsável pela Educação Especial que dará o parecer legal. Esse profissional encaminhado para a unidade educacional será acompanhado pela professora da Sala do AEE, supervisão e equipe da SEDUC com monitoramento e formações continuadas. Mensalmente esses profissionais



elaboram relatórios que são revisados e orientados ora pela professora da Sala de Recursos, ora pela supervisora educacional.

Todas as normas supracitadas demonstram o longo caminho percorrido pela busca de um processo de Educação Inclusiva responsável, humanizada e integrada. Contudo, alguns avanços podem ser observados, mas não pratica, dificuldades são encontradas pelos professores e supervisores.

Pensando em uma escola de fato inclusiva podemos dizer que é aquela que garante o atendimento a diversidade humana sendo capaz de oferecer uma educação de qualidade para todos, promovendo a igualdade de oportunidades, garantindo o acesso, a participação e aprendizagem para todos, observando as condições reais de cada educando. O olhar atento da instituição para o aprendente, a construção de um plano educacional individualizado, elaborado por uma equipe multiprofissional mais o envolvimento da família, as chances de promoção do desenvolvimento desses indivíduos são maiores.

O SUPERVISOR ESCOLAR, SUA FORMAÇÃO E SEU PAPEL NO CONTEXTO ESCOLAR ATUAL

A palavra supervisão é formada pelos vocábulos Super (sobre) e visão (ação de ver). Durante muito tempo esse termo esteve ligado à ação de controlar e inspecionar. No decorrer dos anos o trabalho do supervisor escolar passou por diversas transformações. Contudo, no contexto atual, o Supervisor tem um papel político, pedagógico e de liderança no espaço escolar, devendo ser um constante pesquisador e articulador de ações em conjunto com a equipe docente.

Medina (1995, p.12) “O papel do supervisor passa então, a ser redefinido com base em seu objeto de trabalho, e o resultado da relação que ocorre entre o professor que ensina e o aluno que aprende passa a construir o núcleo do trabalho do supervisor na escola”.

Baseado nisso, podemos perceber que o papel do supervisor escolar é promover um elo entre professor e alunos. Cabe ao supervisor escolar ser claro e preciso em seus conceitos para atingir o objetivo de seu trabalho, pois ao supervisor cabe a tarefa de nortear os trabalhos na escola.



A ação supervisora desenvolvida nas escolas, deve ser essencialmente a de acompanhar a atualização pedagógica e normativa, com especial atenção, em ambos os casos, aos fundamentos determinados na LDB 9.394/96; propiciar oportunidades de estudo e interlocução aos professores, em atividades coletivas, que reúnam professores que desenvolvem um mesmo conteúdo nas diversas séries e níveis escolares; propiciar oportunidades de estudo e decisões coletivas sobre o material didático. (RANGEL, 2001).

Para Rangel (2001) a ação do supervisor escolar é bem complexa, sua função é orientar a equipe de professores, encontrar formas de despertar o desejo e o envolvimento com o trabalho. Promover debates sobre a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico, participar da elaboração dos planos de aula, assim como da escolha dos livros didáticos, promovendo o aperfeiçoamento do corpo docente.

O profissional que assume esta ampla responsabilidade no contexto escolar é formado em nível superior por meio do curso de graduação em Pedagogia e ou pós-graduação como prevê a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 64 – A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Percebemos que a (Lei 9.394/96), valorizou a atuação desse profissional no sentido de articular ações voltadas para a garantia da qualidade do ensino. A função do supervisor foi analisada e esclareceu o seu papel, que passa a constituir-se num somatório de esforços e ações contextualizadas com sentido de promover a melhoria do processo ensino e aprendizagem.

A Supervisão Educacional atualmente tem grande relevância no contexto escolar, representa uma figura de inovação, pois tem participação direta na construção de uma escola atuante, contribuindo assim com as mudanças no processo de ensino e aprendizagem interagindo de maneira prazerosa e atuante com o corpo docente e toda a comunidade escolar.

O Supervisor Escolar auxilia em todo o trabalho pedagógico, bem como, é o profissional que deverá estabelecer o diálogo interno na escola e externo, junto à

comunidade, precisa buscar formas de questionar e levantar críticas com os professores, para que esses se tornem mais ávidos pela busca de informação. Nesta perspectiva, Alarcão (2000:120), discorre sobre a atuação do supervisor:

- ✓ Conhecimento da escola como organização, como uma missão, um projeto e um determinado nível de desenvolvimento;
- ✓ Conhecimento dos membros da escola e das suas características como indivíduos - grupos;
- ✓ Conhecimento das estratégias de desenvolvimentos institucional e profissional;
- ✓ Conhecimento do fenômeno da aprendizagem qualificante, experiencial e permanente;
- ✓ Conhecimento de metodologias de ação, investigação e formação;
- ✓ Conhecimento de metodologias de avaliação da qualidade (das aprendizagens, do desempenho, institucional); e
- ✓ Conhecimento das ideias e das políticas atuais sobre educação, juntamente com a integração de práticas para todos os profissionais da área em determinadas exigências dos projetos e políticas efetivadas.

Como se pode observar o papel do supervisor não é nada fácil, e muitas vezes ele é confundido como um mero burocrata fiscalizador que não consegue promover a integração das ações pedagógicas, mas deve se levar em conta que a ação do supervisor reflete no coletivo da escola e tem no professor o seu principal foco pois, é o trabalho do professor que norteia e dá sentido à ação supervisora. Essa ação é norteada a partir da realidade e das dificuldades que o professor encontra no seu fazer pedagógico, e assim desenvolvam uma ação conjunta que se volta para a melhoria do trabalho docente, proporcionando melhores resultados na aprendizagem dos discentes.

A relação profissional entre supervisor e professores deve partir dos princípios de democracia e diálogo, e que este não se resuma a um meio em que a burocracia mais vale que um trabalho bem desenvolvido, o supervisor muitas vezes, fixa a sua ação em meio a “papelada” que precisa prestar conta aos seus superiores, podendo colaborar mais com a implementação de atividades de ensino e aprendizagens que podem realmente fazer a

diferença, pois precisa se dividir entre supervisionar as atividades pedagógicas, implementar as normas e regras que vem de seus superiores, avaliar os resultados de ensino e aprendizagem, cuidar do planejamento curricular, oportunizar atividades de formação e treinamento aos professores, como na educação especial por exemplo. E quando se trata de ações voltadas para a melhoria em aprendizagem e pertencimento do aluno com deficiência, o trabalho do supervisor fica mais difícil, em especial pela falta de base dos professores na formação inicial e, em meio a falta de conhecimento e com o tempo escasso, o trabalho do professor da sala regular no tocante a inclusão desse aluno nas atividades desenvolvidas em sala, adaptadas, não acontece. São poucos os professores que se disponibilizam a planejar uma atividade diferenciada para o aluno com deficiência, deixando a mercê do apoio escolar que por sua vez também não domina essa ação.

Para Medina (2002, p. 102) apud Oliveira e Grinspun (2013, p. 41): [...] o trabalho de supervisão é uma atuação de grupo que acontece com os professores e demais setores da escola, especialmente o de Orientação Educacional (SOE). Por ser coletivo, o supervisor deve conhecer a instituição como um todo e a partir das observações montar um plano em parceria com os demais que formam a equipe gestora e professor, profissional fundamental para essa construção. Pensar no bem estar de ambos, estudantes e professores, resulta em resultados melhores de aprendizagem. Esse trabalho requer estudo, dedicação e se constrói no cotidiano da escola (“não existe uma receita”) uma vez que a ação dependerá das relações e dos conflitos de cada instituição.

A dificuldade aumenta em se tratando daquele professor que na sua sala de aula possui alunos com deficiência, o supervisor junto com o professor do AEE poderá contribuir com orientações acerca das deficiências, oferecendo formações em serviço neste sentido, uma vez que a LDB em seu artigo 59 assegura que as escolares regulares deverão receber os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e continua no mesmo artigo que o profissional que deverá atendê-los possuam especialização adequada em Ensino médio ou superior e ainda, enfatiza que os professores do ensino regular sejam capacitados para integração desses alunos na sala junto com os ditos normais.

Este é um direito garantido de nossos alunos, cabendo a instituição de ensino favorecer a inclusão e buscar subsidiar e estimular os professores a estudarem com fins



de compreenderem como é possível promover o aprendizado junto a essas pessoas. Nesse sentido, as secretarias de educação em parceria com as universidades promover cursos de capacitação para os professores. Segundo Morim 2006 p. 22:

Morin (2006 p. 22), afirma “que quanto mais desenvolvida é a inteligência geral, maior é a sua capacidade de tratar problemas especiais. A educação deve favorecer a aptidão natural da mente para colocar e resolver problemas e, correlativamente, estimular o pleno emprego da inteligência geral.”

Sendo assim, quanto maior o conhecimento do professor melhor será o trabalho desenvolvido por ele. A falta de formação ou a deficiência dela traz sérias consequências no processo de inclusão. A falta de programas de capacitação, a falta de influência e de apoio por parte das coordenadorias, a falta de uma atividade dinâmica e frequente por parte dos supervisores escolares e a burocracia que existe deixam muito a desejar na questão do apoio aos professores que tem interesse em buscar esses conhecimentos.

O efetivo trabalho em equipe nas escolas de direção, supervisão escolar, orientação e os colegas docentes que trabalhem na instituição é fundamental para que o processo de inclusão ocorra com sucesso.

A oportunidade que os alunos do PNEEs, **Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais**, frequentarem escolas comuns traz crescimento de muitas formas para eles, o fato de poder se socializar com pessoas que tenham diferentes necessidades ou que não possuam nenhuma, faz esse aluno se desenvolver de forma muito mais ampla, mesmo não conseguindo acompanhar os conteúdos curriculares, a própria convivência trás para eles crescimento social, pois eles tem o direito de conviver no meio escolar.

Os alunos que não possuem dificuldades também são muito favorecidos pela experiência de conviver com esses colegas, aprendendo a respeitar e a auxiliá-los nos momentos de necessidade, o crescimento proporcionado por esse convívio não fica registrado nas notas ou nas aulas dadas, fica na convivência, no respeito e na maturidade que eles adquirem com essa experiência, pois segundo Montoan 2003 p.38:

A escola é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e da mesma



idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo o tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

A SUPERVISÃO ESCOLAR COM FOCO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalhar com alunos especiais sempre foi um grande desafio para toda a equipe escolar, pois exige de todos novas atitudes, novas competências que devem ser adquiridas e desenvolvidas. A escola passa por um momento promissor, necessitando de métodos, recursos e estratégias para iniciar e promover significativas mudanças.

Atualmente o supervisor escolar vem vivenciando a inclusão nas escolas, a busca deste profissional por recursos pedagógicos que eliminem as barreiras existentes nas turmas comuns de ensino deve ser constante, para que a participação e a aprendizagem dos alunos realmente aconteçam. É importante lembrar que o supervisor escolar é também um educador e sua prática deve facilitar a produtividade do ensino, articulando a atuação do professor nas novas exigências para que se possa alcançar um ensino de qualidade principalmente numa escola inclusiva.

MATERIAL E MÉTODOS

Do ponto de vista metodológico, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, com enfoque numa abordagem descritiva e analítica, para qual recorremos a fontes bibliográficas e a pesquisa empírica, através do estudo de caso.

Este estudo qualitativo foi realizado com uma profissional de instituição de ensino, pública, localizada na cidade de Campina Grande- PB. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário a uma supervisora escolar que atua tanto nos segmentos da educação infantil e ensino fundamental I - séries iniciais. O questionário, elaborado, está dividido em duas partes: a primeira coleta, dados sobre os sujeitos e a segunda, questões abertas sobre o tema da pesquisa.

A escolha do questionário como ferramenta de pesquisa, dentre tantas outras, se deu pela eficácia e eficiência que os questionários possuem, visto que estes são mecanismos que possibilitam um uso eficiente do tempo, mantêm o anonimato dos pesquisados e possuem perguntas padronizadas (MOREIRA e CALEFFE, 2008).

Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada numa escola da rede pública de ensino da cidade de Campina Grande - PB. Esta escola atende atualmente, nos dois turnos (manhã e tarde) com 330 alunos da educação infantil ao ensino fundamental I.

No que se refere à estrutura física, observou-se que as salas de aula apresentam boa ventilação, na sua maioria, cadeiras e mesas ergonomicamente corretas e mantêm um número adequado de alunos. Destaca-se ainda, a presença de rampas que dão acesso às salas de aula, banheiros, sala de leitura, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais, uma quadra para atividades de recreação.

Sujeito da pesquisa

A supervisora que se dispôs a responder o questionário tem a formação acadêmica em licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campina Grande, com Pós-Graduação em Educação Infantil pela FIP. Há 18 anos trabalha na educação, no momento presente é supervisora escolar nos segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Administra um quadro de 12 professoras e 330 alunos divididos no turno da manhã e tarde.

Instrumentos da pesquisa

Foi utilizado para coleta de dados, o embasamento teórico sobre a função do Supervisor escolar e aplicação do questionário, com quatro questões abertas. O critério da aplicação do questionário se deu, devido ao uso eficiente do tempo no recolhimento, ao anonimato para o respondente.

Resultados e discussão

A análise dos resultados obtidos foi minuciosamente avaliados, procurando-se observar as partes mencionadas em relação ao todo, relacionando-as à questão principal deste estudo, que consiste no entendimento da função do supervisor escolar em uma escola inclusiva. Nesse sentido, buscamos analisar o conhecimento da supervisora sujeita do estudo.



Na primeira pergunta procurou-se frisar alguns desafios e dificuldades encontrados no cotidiano da supervisora. Além dos 18 anos de experiência, sendo 10 de docência a mesma ressalta que na educação existem inúmeros desafios e que iniciou na carreira já sabendo que não seria fácil, mas destaca que a cada dia está ficando ainda mais difícil, principalmente por parte dos pais.

Passaremos a apresentar as perguntas abertas feitas a supervisora escolar, onde esta foi solicitada a responder de acordo com seus conhecimentos e sua prática cotidiana na supervisão de uma escola pública:

Pergunta 1. Em sua opinião, quais são os desafios enfrentados pelo supervisor escolar em uma escola inclusiva?

Supervisora: “Dois pontos relevantes vou frisar, um seria o acesso ao quadro de professores. Existe uma resistência muito grande destes quanto ao trabalho com as necessidades específicas dos alunos. Um outro desafio seria a cobrança por parte dos pais quanto a aprendizagem das crianças, onde na maioria das vezes resistem a aceitar as limitações dos filhos”.

Observou-se em sua resposta que um dos grandes desafios são os pais, que deveriam apoiar e até mesmo contribuir na educação dos seus filhos, buscando especialistas para diagnosticar as suas possíveis limitações e facilitando assim o trabalho dos professores. Nesse sentido, Mantoan (2006) ressalta que a inclusão traz também benefícios para professores e alunos uma vez que garante o direito de todos à educação, possibilitando a essas pessoas uma vida cidadã plena é a meta de todo professor.

Pergunta 2. A inclusão é um processo complexo que deve ser respeitada e atendida com responsabilidade. Quais práticas vêm sendo aplicadas pela escola para garantir a efetiva participação e aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades educacionais especiais ou algum tipo de deficiência?

Supervisora: “Uma das práticas que vem sendo desenvolvidas é o acompanhamento individual no horário oposto das aulas dando um suporte nas atividades avaliativas com os alunos do ensino fundamental I”.

A segunda pergunta nos remete a importância de buscar métodos e propostas que estimulem para que a aprendizagem aconteça. Sensibilizar a equipe pedagógica a fim de oferecer um apoio que atenda cada vez mais as especificidades de cada aluno. Então o

supervisor escolar entra em ação com a sua habilidade de articular e vincular a teoria com a prática aprendida na em sua formação.

Pergunta 3. A formação de professores no processo de inclusão é de fundamental importância, pois contribui para implementação de novas propostas e práticas de ensino. Você costuma promover capacitações para os professores? Caso afirmativo com que frequência?

Supervisora: “Devido à demanda de atribuições e responsabilidades ainda não paramos para analisar especificamente a formação dos nossos professores quanto à inclusão. Infelizmente tratamos desse assunto em momentos de conversas com os professores, quando surge a necessidade de resolver algumas situações que envolve o acompanhamento desses alunos”.

Ao perguntar à supervisora se ela promovia períodos ou semanas de capacitações, devido a tantas responsabilidades pedagógicas, a escola não pode propor essa formação aos professores. Quando surge a necessidade de resolver ou até atender determinados alunos de forma mais específica a escola busca sempre o apoio dos professores e da família.

Para que esse tempo seja aproveitado, a pessoa do supervisor tem que organizar uma estrutura de rotina para os encontros de reflexão com os professores com a finalidade que desenvolvam habilidades e metodologias que garantam um espaço verdadeiramente inclusivo. Nesse sentido, Nóvoa (apud CANDAU, 1997) concorda que “a formação continuada deve alicerçar-se numa ‘reflexão na prática e sobre a prática’, através de dinâmicas de investigação-ação e de investigação-formação, valorizando os saberes de que os educadores são portadores”.

Pergunta 4. Para atuar na perspectiva da educação inclusiva, tem-se solicitado organização tanto em acessibilidade arquitetônica, quanto curricular e pedagógica. Percebe alguma modificação no espaço educativo da sua atuação? Comente.

Supervisora: “Nos últimos anos cresceu o número de crianças que apresentam algum tipo de necessidade, seja ela educacional ou física e isso nos fez rever nossas ações, para que estas possam atender melhor cada especificidade. No que se refere à estrutura física, arquitetônica estamos adequando nosso espaço, para melhor atender as necessidades individuais de cada um”.



De acordo com análises de Dall’Acqua e Vitaliano (2010, p. 25) “a escola se organizou historicamente para ser indiferente às diferenças, com práticas homogêneas e excludentes que se distanciam das propostas destinadas as escolas inclusivas”, uma vez que está se destina a atender a todos os alunos, sem distinção em relação às especificidades humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a inclusão se concretize, a escola precisa minuciosamente ser repensada, cabendo ao supervisor escolar desenvolver junto à equipe pedagógica um trabalho que atenda cada aluno dentro de sua necessidade. É fundamental repensar a organização das escolas, a capacitação dos professores e as políticas educacionais inclusivas, para colocar em prática um sistema educacional inclusivo que funcione.

Frente ao exposto percebemos que a supervisão escolar pesquisada compreende o seu real papel do que é ser supervisor, contudo, é primordial que busque sempre ampliar seus conhecimentos sobre o tema e que utilize com mais frequência práticas que as envolva, proporcionando o desenvolvimento de todos os alunos.

Os resultados obtidos através da pesquisa confirmam que existem supervisores conscientes da importância de sua prática. Segundo a supervisora a instituição sendo pública, se faz necessário um olhar atento pela secretaria de educação e o gestor municipal, onde investimentos são necessários para viabilizar tanto a estrutura física quanto a funcionalidade da instituição. O investimento em formação dos professores e contratação de apoios escolares, é fundamental para a promoção de um serviço inclusivo e eficiente, além de salas equipadas que contribuam para o desenvolvimento do aprendente de modo integralizado.



REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996

CALEFFE, Luís Gonzaga; MOREIRA, Herivelto: **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Ed. Lamparina, 2ª.ed., Rio de Janeiro, 2008

_____. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: SEESP, 2001. Disponível em: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 15 de fev de 2015.

GARRIDO, Elza. Espaço de formação continuada para o professor-coordenador. In: BRUNO, E. B. G; ALMEIDA, L. R; **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v.4, n. 1, jan./jun. CIBEC/MEC, 2008.

DALL'ACQUA, M. J. C.; VITALIANO, C. R. Algumas reflexões sobre o processo de inclusão de nosso contexto educacional. In: VITALIANO (org). Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina: EDUEL, 2010.

DECLARAÇÃO DE JOMTIEN. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. UNESCO 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> . Acesso em: 26 fev. 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 4 jan. 2015.

MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. **Revista da Educação Especial**. Brasília, p.24-28, Out. 2005

MANTOAN. M. T. É.. Inclusão escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. In: Ensaios pedagógicos. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação. Especial, 2006. p. 11 – 16.

MEDINA, Antonia Silva. Supervisão Escolar – Da Ação Exercida e Ação Repensada. Porto Alegre: EDIPUCRS: 1995

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e sua formação. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 9-33.



OMOTE, Sadao (org.). Inclusão: intenção e realidade. Marília: FUNDEPE, 2004.

RANGEL, Mary (org.). Supervisão Pedagógica: Princípios e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

VIEIRA, Givanilda Márcia. Educação inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade. Disponível em:
http://www.mpba.mp.br/atuacao/educ/educacaoinclusiva/artigos/EDUCACAO_INCLUSIVA_NO_BRASIL.pdf. Acesso em Fev. 2015.